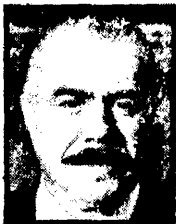


## VERSÃO DE SARNEY:

# Um relatório contra o casuísmo

O PDS não quer disputar a primazia de ter apontado ao presidente Figueiredo o óbvio: que existe um risco em cada opção oferecida, no conjunto das reformulações eleitorais.



SARNEY

Isso é o que se depreende do relatório partidário ontem divulgado e que inviabilizaria — segundo o próprio presidente do PDS, senador José Sarney — os casuísmos. Nesse sentido, deveriam ser destacadas três posições definidas no documento:

1. a condenação às inelegibilidades, num reconhecimento do estado de conciliação instaurado após a anistia e a reintegração dos cassados à vida político-partidária;

2. a recomendação para que o acesso ao rádio e à tevê, na próxima campanha eleitoral, se faça de maneira que Sarney defina como a mais ampla e democrática, com cada partido recebendo a quota de tempo proporcional à sua bancada na Câmara;

3. a identificação dos efeitos negativos da adoção de cinco soluções polêmicas — o voto voluntário, o voto do analfabeto, a extensão da sublegenda às eleições de governador, a vinculação de votos de vereador a deputado e a proibição de coligações —, o que dá ao Presidente da República a medida exata da responsabilidade de decidir, dentro de seu quadro privilegiado de informações, sobre o melhor caminho a tomar em cada um dos casos.

Ackel à divulgação do relatório do PDS como sendo a revelação de uma peça politicamente legítima, nada suspeita, o que vale dizer: não é um guia para o casuísmo eleitoral.

A pensar igualmente por esse ângulo estaria o ministro Golbery do Couto e Silva, pois Abi-Ackel nada faz sem falar com o chefe do Gabinete Civil, o que acontece diariamente.

\*\*\*

\*\*\*

Destacados esses três pontos, observa Sarney, resta saber se o escalão decisório do Governo os endossa, no sentido de aceitar ressalvas e recomendações.

O Ministro da Justiça, evidentemente, as aceita. Ele assegura que chegaria, se fosse avaliar os prós e contras das reformulações eleitorais, aos mesmos resultados obtidos pelo rastreamento de tendências realizado pelo PDS.

Referiu-se o ministro Abi-

A decisão está ao nível do presidente Figueiredo, que considerará o grau de repercussão que poderiam alcançar, junto a seu público interno, atitudes liberalizantes em face do processo eleitoral.

Nada mais têm os políticos a fazer. Agora, Figueiredo fará suas opções, confiando o PDS que fez o melhor para permitir ao Presidente uma decisão de estado-maior sobre as eleições, uma vez que deu não uma solução, mas diversas alternativas para a decisão do chefe, fora do circuito do casuísmo.